

INTERAÇÃO DISCURSIVA E REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Angélica de Jesus Batista 1

RESUMO

O presente texto resulta de uma pesquisa realizada com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, em três escolas estaduais da cidade de São Paulo. As reflexões aqui apresentadas foram construídas a partir das respostas ao questionário de caracterização aplicado na primeira etapa da investigação, utilizado como método para compreender o estudante enquanto sujeito inserido no mundo, buscando apreender aspectos de sua vida social e estabelecer relações com a formação e o desenvolvimento de conceitos. Nesse movimento de interação discursiva, à luz da Filosofia da Linguagem de Bakhtin (2014), fomos mobilizados, enquanto professor-pesquisador, a refletir sobre as configurações familiares na contemporaneidade e a dialogar criticamente com o "conceito de família estruturada", amplamente difundido na esfera educacional como determinante dos processos de aprendizagem e desenvolvimento.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, aula discursiva e configuração familiar.

ABSTRACT This text results from a research study conducted with 6th-grade students in three public schools in the city of São Paulo, Brazil. The reflections presented here were developed from the responses to a characterization questionnaire applied in the initial stage of the investigation. This instrument made it possible to understand the student as a subject situated in the world, grasping aspects of their social life and establishing relationships with the processes of concept formation and development. Within this movement of discursive interaction, grounded in Bakhtin's Philosophy of Language (20140, we were prompted, as teacher-researchers, to reflect on contemporary family configurations and to engage in a critical dialogue with the notion of the "structured family," widely disseminated in the educational sphere as one of the determinants of learning and development processes.

Keywords: Geography Education, Dialogic Classroom, and Family Configuration

INTRODUÇÃO

Nas ciências humanas, as relações entre pesquisador e objeto se caracterizam, na verdade, por ser uma troca entre sujeitos que materializam suas visões de mundo em seus discursos e ações. Isso tem implicações de ordem estrutural, psicológica, filosófica e

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo - USP, angelicageografia@usp.br; angelicageografia@hotmail.com.



principalmente textual na pesquisa dessas ciências, pois contemplar a alteridade como fundamento significa incorporar o escopo dessas relações no planejamento e na análise dos resultados obtidos.

Entretanto, ao verificarmos os discursos socialmente produzidos sobre a escola, o professor e os alunos, percebemos que esses carecem de considerar a responsividade destes outros, enquanto sujeitos falantes na sua esfera de atuação. Em alguns momentos é possível indagarse, de fato, as pesquisas educacionais tratam do gênero humano, dúvida esta que se torna mais insistente ao nos depararmos com essa citação de Marília Amorim:

No que concerne às Ciências Humanas, a questão da voz do objeto é decisiva. Segundo Bakhtin, é o objeto que distingue essas ciências das outras (ditas naturais e matemáticas). Não é porém o homem seu objeto específico, uma vez que este pode ser estudado pela Biologia, pela Etologia etc. O objeto específico das Ciências Humanas é o discurso ou, num sentido mais amplo, a matéria significante. O objeto é um sujeito produtor de discurso e é com seu discurso que lida o pesquisador. Discurso sobre discursos, as Ciências Humanas têm portanto essa especificidade de ter um objeto não apenas falado, como em todas as outras disciplinas, mas também um objeto falante (AMORIM, 2002 p.10)

Considerando esta premissa fundamental diferenciada das Ciências Humanas, nosso artigo objetiva analisar, por meio das respostas dadas pelos alunos ao questionário de caracterização, o discurso que estabelecem para retratar aspectos relevantes de sua vida, pensando, portanto, em realizar uma análise do aluno na condição de sujeito discursivo e o que seu discurso revela, e não o que diz como um dado compilado estaticamente.

Além disso, o questionário de caracterização aplicado aos alunos evidencia as "camadas da formação social humana" tratadas por Therborn (2013) e nos possibilita capturar alguns aspectos socioculturais do mundo de hoje. Entretanto, respeitados os limites desse texto, não temos a pretensão de recobrir todas as questões em pauta nessa nova sociedade em curso, mas sim, apontar, para além da caracterização, alguns efeitos do contexto de vida dos alunos observáveis em sua aprendizagem.

O questionário de caracterização dos alunos participantes foi aplicado como uma das primeiras etapas da pesquisa que antecede a aplicação da sequência didática em três turmas do 6º ano do Ensino Fundamental, no primeiro semestre de 2016. A amostra considerou apenas os alunos que responderam o questionário de caracterização e a avaliação metacognitiva realizada na última etapa da Sequência Didática.

METODOLOGIA



A análise inicial amostra da pesquisa revela que de 100 alunos, 28 não responderam o questionário por diversas razões: licença médica, faltas ou transferências. Este dado já nos fornece elementos para projetarmos as interferências na aprendizagem, do problema das faltas e da evasão escolar, e de como a escola considera ou não esta informação para o seu planejamento, estratégias e continuidade das ações pedagógicas, entre outros aspectos. Podemos questionar se há uma relação de causa e efeito entre o baixo rendimento de um aluno e as faltas e desistências deste, ao longo dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, segmentos com essa defasagem mais latente.

O questionário mencionado foi elaborado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa "O ensino de Geografía na era da Conectividade e da Informação" e está organizado em questões dissertativas (dados pessoais, rotina do aluno e sonhos) e questões de múltipla escolha sobre a constituição familiar, escolaridade e trabalho dos pais, moradia, distância da escola, meio de locomoção utilizado para ir à escola, hábitos de estudo e de leitura, preferências e lugares de lazer, entre outros. Embora o questionário apresenta questões de múltipla escolha, caso o aluno considerasse que as opções não contemplassem suas predileções, poderia acrescentar informações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Eu vou ser protético para terminar a carreira do meu pai que ele não terminou (WASH).²

Eu posso trabalhar, estudar, ensinar aos mais velhos ou a minha irmã e principalmente meus pais [...] $(MAY)^3$

Os trechos selecionados acima evidenciam a presença da família como referência na vida dos alunos, seja na citação da família como parte da projeção para o futuro, na relação com o conhecimento aprendido na escola, ou ainda como parâmetro para questionamentos das regras estabelecidas durante toda a infância e que na adolescência começam a ser questionadas, sobretudo quando este adolescente amplia o grupo de convívio social por interesses e afinidades.

A família é a instituição social mais antiga e a mais disseminada em nossa sociedade. Por este motivo, analisar as suas transformações ao longo do tempo e os desdobramentos da

² Resposta do aluno WASH, quando foi perguntado qual era o seu sonho.

³ Resposta da aluna MAY, na avaliação metacognitiva para a pergunta: O que posso fazer com o que aprendi? Onde? Com quem?



sua configuração atual no mundo é uma contribuição importante tanto para a ciência geográfica, quanto para a pesquisa educacional, principalmente por que há um conflito entre os conceitos tradicionais de família hegemônicos nos séculos passados e os rearranjos que a família moderna vivencia que ainda estão curso.

A respeito da alteração do padrão das famílias, e de como isto as afetaria como um efeito de degradação, Goldani (1993) classifica como mito os discursos sobre a *família desestruturada*. Na verdade, a autora defende que há novas tipologias familiares sendo formadas em nossa sociedade brasileira e destaca variações na concepção de família que depende da esfera de ação social dos sujeitos ou grupos de representatividade:

- a) No senso comum, a ideia de família é bastante paradoxal, porque se vê a família como "instituição de grande confiabilidade" ao mesmo tempo que os discursos sociais contemplam-na como uma "instituição em desagregação/crise". Os argumentos negativos associados à família são reforçados pelo contexto da degradação das condições de vida, violência, crime passional, estilos alternativos de vida, dentre outros;
- b) Na visão dos políticos, a família é representada como uma instituição de "seguridade social", pois a sua existência e expansão requerem "a implementação de novos direitos e responsabilidades constitucionais dos membros da família". Quando o custo de manter estes direitos sociais adquiridos no âmbito da família são levados ao limite, fica evidente, então, uma simbiose entre família, crise e Estado, com a prevalência de argumentos reducionistas relacionados à demografia, cujo, a justificativa está no aumento da população como causa da crise;
- c) Para os estudiosos da temática e as correntes do pensamento feminista, a mudança na estrutura familiar brasileira deve-se a uma conjuntura de transformações econômicas e sociais que refletem e alteram as famílias, porém isso não significa que elas estejam desaparecendo (GOLDANI, 1993).

Sendo assim, para Romanelli (2013) não é possível falarmos em família, mas sim em famílias, justamente pelas novas tipologias constituídas. Logo, nas análises que são feitas sobre a relação entre família e escola, essa diversidade deve ser considerada para evitarmos o risco de cairmos em análises difusas. O conceito de instituição familiar não pode desconsiderar que a família tem arranjos específicos: ocorre na vida privada e é impregnada de afetividade e tensões, e muito embora a sua organização esteja restrita à privacidade, elas não estão imunes



às influências macroestruturais econômicas, políticas e sociais. Porém, nas pesquisas empíricas sobre a relação entre família e escola⁴, ainda é recorrente as lamúrias e acusações destacando a ineficácia de ambas as instituições:

[...] De um lado, os pais, ou a família, expressam queixas contra a escola e os professores, e estes são avaliados como despreparados e omissos frente aos alunos e a seus responsáveis; de outro lado, os professores e outros agentes escolares argumentam que os pais não se interessam pelo estudo dos filhos, não comparecem a reuniões e lançam mão de uma condenação, afirmando muitas vezes de modo categórico que o mau desempenho dos alunos deve-se à negligência familiar, sobretudo quando estes pertencem a famílias das camadas populares. Esta condenação profundamente preconceituosa e estigmatizando, funda-se numa avaliação totalmente errônea da vida familiar e considera que famílias pobres são *desestruturadas* (ROMANELLI, 2013, p. 36).

No contexto educacional, percebemos que existem nos discursos uma oposição entre a admissão das transformações na sociedade moderna e a concepção nostálgica de família, presente ainda como valor moral por alguns sujeitos da escola. Acreditamos que esta oposição e as ligeiras conclusões originadas nesta sejam mais um exemplo de "abstracionismo pedagógico", em que a distorção produzida entre a realidade educacional e a escola resulta em uma obsessiva preocupação em descrever a escola e seus problemas educacionais a partir de "hipotéticas relações de processo educativo com outros processos socioeconômicos". Tais práticas impulsionaram estudos que desconsideram, de maneira equivocada e limitadora, tanto a dinâmica da escola, quanto às práticas escolares ou a vida dos alunos. (AZANHA, 2011, p.46-58). Ainda segundo Azanha (2011), essas conclusões simplórias sobre a educação brasileira são tão gerais que poderiam ser encaixadas em qualquer época e tem um efeito imobilizador sobre a própria prática educativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nosso esforço de análise pretende considerar, portanto, a dimensão familiar dos alunos em uma perspectiva histórica e cultural, à luz da compreensão positiva das novas formas e configurações da família como reflexos das mudanças culturais e eliminação de preconceitos que lentamente vivenciamos nos dias de hoje. Esta análise objetiva que possamos ter elementos para nos aproximarmos da vida dos adolescentes participantes da pesquisa e ainda, argumentar

_

⁴ Podemos citar essa obra que traz um panorama sobre a relação entre escola e família no Brasil: NOGUEIRA, Maria Alice De Lima Gomes; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Ed.). **Família e escola: novas perspectivas de análise**. Editora Vozes, 2013.



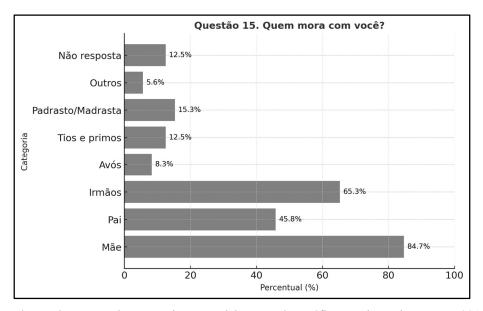
a importância, para o professor, de conhecer os contextos presentes na vida do aluno e os impactos na sua prática docente.

Numa primeira caracterização das famílias dos alunos da pesquisa, o gráfico 3 mostra que, no panorama geral é possível destacar a heterogeneidade na composição dos lares, pois os núcleos familiares apresentam relações de parentesco formadas não somente por casais com filhos, embora esta configuração corresponde a (41,7%) da nossa amostra. As outras tipificações de família são divididas em núcleos que contém: padrasto/madrasta (15,3%), tios e primos (12,5%), avós (8,3%) e outros (5,6%).

De acordo com Goldani (1993), a existência de outros membros não pertencente ao modelo padronizado de família pode estar relacionada a inúmeros fatores, tais como: (1) renda, o que denota a necessidade de compartilhamento de lares e recombinações dos núcleos familiares; (2) a crescente longevidade da população brasileira e o surgimento da demanda de cuidar dos idosos, como por exemplo os avós; (3) a participação da mulher no mercado de trabalho, dentre outros.

Gráfico 1: Quem mora com você?





Fonte: Grupo de estudos e pesquisa. Organização e elaboração dos gráficos: Luiza Grieco Feres, 2017.

Quanto à composição dos membros das famílias, os gráficos representam que 45% delas é composta pelo casal e os filhos, enquanto que 40% são monoparentais femininas, o que demonstra uma mudança na posição da mulher no núcleo familiar. Destacamos as mudanças da nupcialidade, com o aumento dos divórcios e da ocorrência de núcleos familiares compostos por mulheres solteiras com filhos, o que indica uma tendência de insatisfação com os modelos de comprometimento duradouro do matrimônio.

Neste cenário de transformações do papel da mulher é imprescindível ampliar a análise e entender que a família é permeada por um campo em conflito orientado pelo *sexo* e *poder*. Segundo Therborn (2011), enquanto sexo é uma essência biológica humana, o poder é um aspecto da sociologia humana, apesar de aparentemente distintos, são complementares como força biológica e social:

A família é sempre um resultado das relações sexuais passadas ou correntes: sem sexo não há família. Mas é um regulador das relações sexuais, determinando quem pode e quem deve ou não ter relações sexuais com quem. As relações de poder estão inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família. De fato, é questão de bom senso analítico perceber uma instituição em termos de equilíbrio entre o padrão de direitos e obrigações, de um lado, e a distribuição de recursos de poder entre os membros de outro. Esse balanço ou equilíbrio explica a resiliência de uma forma institucional, uma vez estabelecida – no caso, de certo tipo de família. Aqueles a quem privilegia podem, por meio dela, manter seus status porque seus recursos de controle e de sanção coincidem com seus direitos, enquanto aqueles com poucos recursos de poder têm mais obrigações do que direitos (Therborn, 2011, p. 12).



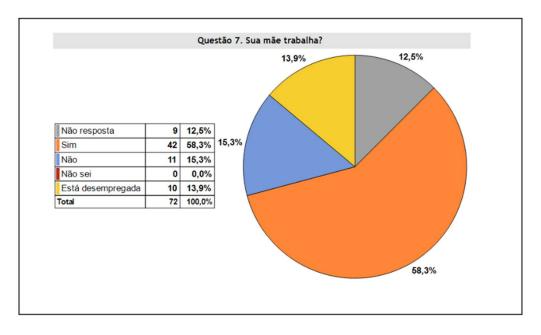
A família, constituída em grande parte até então, por relações consanguíneas e laços de intimidade, traços das comunidades pré-modernas, passou por mudanças estruturais no período recente da modernidade, que alteraram essas relações de poder e sexo descritas anteriormente. Destacamos os aspectos fundantes do patriarcalismo, expressas pelo poder institucionalmente imposto pelo homem em relação à mulher e aos filhos na esfera familiar. Essa dominação só se sustentava, pois, em toda a organização política, produtiva e cultural da sociedade havia a legitimação do desequilíbrio explícito entre a submissão da mulher e o exercício do poder do homem. O patriarcado, poder assimétrico e masculino legitimado pelo parentesco, é expresso por dois traços intrinsecamente fundamentais: a dominação do pai (esfera geracional) antes do casamento e a dominação do marido (esfera conjugal) no casamento (Therborn, 2011).

A família patriarcal, estrutura de todo patriarcalismo vem sendo confrontada e esse movimento é resultante de inúmeras transições que a sociedade viveu a partir da emancipação financeira, do trabalho feminino e do questionamento da mulher sobre a sua condição na sociedade. Segundo Castells (1999), o impulso desses processos observados desde o final da década de 1960 é proveniente do "crescimento da economia informacional global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso movido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado" (Castells, 1999, p. 170).

O "crescimento da economia informacional" trouxe novas oportunidades de participação da mulher como força de trabalho, e consequentemente aumentou a pressão pela divisão igualitária das decisões na esfera familiar, pois o poder associado ao critério financeiro, exercido exclusivamente pelo homem, é abalado. No gráfico 2 é possível notar que na família dos alunos, 58,3% das mulheres trabalham, percentual exatamente igual à participação dos pais, no mercado de trabalho, conforme verificado na pesquisa,



Gráfico 2: Sua mãe trabalha?



Fonte: Grupo de estudos e pesquisa. Organização e elaboração dos gráficos: Luiza Grieco Feres, 2017.

A dominação sofrida pela mulher anteriormente na sociedade, e que significava a adoção de um estilo de vida restrito "a cuidadora do lar", enquanto os homens seriam os provedores do lar, essa condição está aparentemente superada. Na nova organização financeira e funcional da família, os afazeres domésticos e a criação dos filhos precisam ser compartilhados. Acrescentamos a isso, que o trabalho fora de casa ampliou a experiência de vida da mulher e a direcionou para outros espaços além do privado, podemos citar a busca pela escolaridade como exemplo, o que proporcionou a sua interlocução com outras mulheres e "elas começaram a se fazer perguntas e passar as respostas às suas filhas" (Castells, 1999, p. 210).

Soma-se ao fato que os avanços tecnológicos impactam o modo da reprodução da nossa espécie mais do que o estreitamento do tamanho das famílias e concedeu a oportunidade de limitar e adiar cada vez mais a gravidez que marca uma profunda transição na vida pessoal da mulher. A sexualidade se tornou maleável, houve um rompimento entre o sexo e a reprodução. Essa transição e suas consequências para a vida da mulher e para as relações homossexuais é definida por Giddens (1993) como *sexualidade plástica*, pois com o controle da natalidade há uma progressiva diferenciação entre os sexos e as exigências de reprodução de cada um deles, principalmente porque a reprodução pode, além de ser inibida, ser artificialmente produzida.

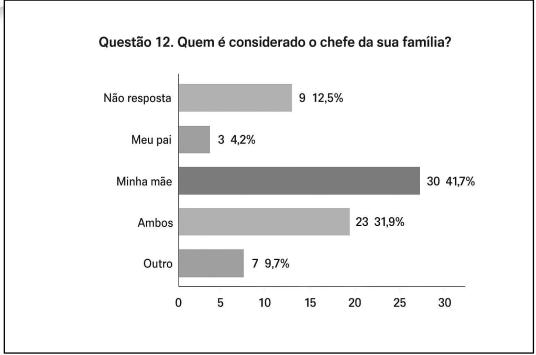


A criação da sexualidade plástica, agravada por sua antiguíssima integração com a reprodução, os laços de parentesco e a procriação, foi a condição prévia da revolução sexual das últimas décadas. Para a maior parte das mulheres, na maior parte das culturas, e através da maior parte dos períodos da história, o prazer sexual, quando possível, estava intrinsicamente ligado ao medo das gerações repetidas, e, por isso, da morte, dada a substancial proporção de mulheres que morriam no parto e aos índices muito altos então prevalecentes de mortalidade de bebês. Romper com essas conexões foi, portanto, um fenômeno com implicações realmente radicais. (Giddens, 1993, p. 38).

Nesse contexto, segundo Giddens (1993), a sexualidade se converte em propriedade de controle do indivíduo. Desse modo, as concepções de sexualidade se organizam no sentido físico e social. Atualmente, a criação de elo entre os indivíduos tem como base a intimidade e não mais o parentesco imutável que perpetua por gerações. A reivindicação do prazer sexual feminino significou uma transformação crucial da intimidade, responsável pela emancipação e que é tão importante como qualquer outra na esfera pública. Para o autor, o o sexo ainda é compulsivo para os homens e passou a margem dessas mudanças (Giddens, 1993).

Essas constatações também nos permitem indicar motivos que, aliados ao contexto da emancipação das mulheres, nos possibilita compreender o aumento do número de divórcios, a existência de famílias monoparentais, famílias recombinadas, famílias lideradas por mulheres (41,7%) ou ainda, famílias em que as decisões são organizadas pelo casal (31,9%) e simultaneamente, o decréscimo acentuado da liderança da figura paterna (4,2%) como chefe da família conforme o gráfico 7 representa.





Fonte: Grupo de estudos e pesquisa. Organização e elaboração dos gráficos: Luiza Grieco Feres, 2017.

Na tentativa de compreender as mudanças que alteram o padrão das famílias dos alunos foi desvendado um campo amplo de estudos e ainda pouco explorado. Percebemos que a relação entre família e escola está mais presente nos discursos (o que não significa uma visão positiva e colaborativa entre essas instituições) do que nas práticas cotidianas. Escola e família são basilares na mediação entre o indivíduo e o mundo e necessitam que seja construída uma aproximação mais relevante do que tensões constantes entre si. Acrescentamos ainda que devido aos limites do trabalho, muitas nuances não foram exploradas, por exemplo, a figura do pai e sua inserção provavelmente mais ativa na educação dos filhos; o nível de escolaridade dos pais e sua relação com a educação dos filhos e tantas outras análises possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação discursiva desenvolvida nas aulas de Geografia possibilitou compreender outras camadas da vida social dos estudantes envolvidos na pesquisa. Nesse contexto, o professor-pesquisador de Geografia assume uma responsabilidade fundamental na escola: a de problematizar as transformações decorrentes da pós-modernidade, especialmente aquelas relacionadas às mudanças na estrutura familiar, em contraste com as concepções cristalizadas



de sociedade que, muitas vezes, ainda servem de referência para o ensino e o desenvolvimento escolar. Além disso, discutiu-se a questão da sexualidade plástica da mulher, que tem modificado as relações de poder entre os gêneros e exige um compromisso educacional voltado à promoção da igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. **O Pesquisador e seu outro : Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa, 2001.

AZANHA, J. M. P. **Uma ideia de pesquisa educacional.** São Paulo. 2011. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BAKHTIN., M; VOLOCHINOV, V. N. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2014.

ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (Orgs.). Família & escola: novas perspectivas de análise. Petrópolis: Vozes, 2013. (Ciências da educação)

THERBORN, G. SEXO E PODER: a família no mundo (1900-2000). Editora Contexto, 2011